



Boletim de Transparência Fiscal

Rio de Janeiro, março de 2008



SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Joaquim Vieira Ferreira Levy

SUBSECRETÁRIO GERAL

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Marcelo Barbosa Saintive

SUBSECRETÁRIA DE POLÍTICA FISCAL

George André Palermo Santoro

SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Josélia Castro de Albuquerque

SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA

Valéria Barbosa

EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Ana Paula Quedinho

Carolina Barbosa Corrêa

Cláudia Santoro

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Fabício Marques Santos

Maria Helena Pitombeira

Raphael Moura

Rebeca Virginia Escobar Villagra

Regina Helena Cavalcanti Milione

Renata G. Rimes de Almeida

Renata Pimentel Lins

Sandro Garcia Duarte Peixoto

Ubyrajara Filho



O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação bimestral da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal por que vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha naquela da avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referida nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2001).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2203-7929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Rua da Alfândega, n.º 42 - 2º andar

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.070.000

Sumário

Apresentação	6
I. Resultado Fiscal.....	8
I.1 Resultado Orçamentário	8
I.2 Resultado Primário.....	9
II. Receita Estadual	9
II.1 Receitas Correntes	9
II.1.1 Receita Tributária.....	9
II.1.2 Receita Patrimonial e Royalties	11
II.1.3 Receita de Transferências	12
II.1.4 Demais Receitas Correntes	14
II.2 Receitas de Capital	15
III. Despesa do Estado do Rio de Janeiro	16
III.1 Despesa por fonte.....	16
III.2 Despesa por grupo.....	17
III. 2. 1 Despesa de Pessoal	18
III.2.2 Despesa de Custeio	20
III.2.3 Transferências aos Municípios e FUNDEB	21
III.2.4 Investimentos	21
III.3 Despesa por área de governo	22
III.3.1 Saúde	23
III.3.2 Educação	25
III.3.3 Segurança Pública	26
III.3.4. Transportes	27
III.3.5 Habitação	28
IV. Administração Financeira	29
IV.1 Prazo de Pagamento das PD's e Adimplemento.....	29



IV.2 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados	32
IV. 3 Requisições Judiciais de Pagamento.....	34
IV. 4 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu serviço.....	36

Anexos

Anexo 1 – Despesas por Grupo

Anexo 2 – Despesas por Fonte de Recursos

Anexo 3 – Despesas por Órgão

Anexo 4 – Despesas de Pessoal por Órgão

Anexo 5 – Despesas de Custeio por Órgão

Anexo 6 – Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras por Órgão

Anexo 7 – Despesa Liquidada – Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil

Anexo 8 – Despesa Liquidada – Secretaria de Estado de Educação

Anexo 9 – Despesa Liquidada – Secretaria de Estado de Segurança

Anexo 10 – Despesa Liquidada – Secretaria de Estado de Habitação

Anexo 11 – Despesa Liquidada – Secretaria de Estado de Transportes

Anexo 12 – Despesa Liquidada – Companhia Estadual de Águas e Esgoto - CEDAE



Apresentação

Este é o primeiro número de um boletim bimestral preparado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro com vistas a aperfeiçoar os mecanismos de controle e a transparência na execução do orçamento estadual. Esse controle tem pelo menos duas dimensões. A primeira liga-se ao reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão de receita. Despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou outros recursos orçamentários. Só assim eles poderão ser honrados tempestivamente e sem sobressaltos. Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente (suspensão de transferências voluntárias, por exemplo). O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, o cumprimento das obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. Essa é, portanto, a dimensão de solvência e previsibilidade no gasto. A segunda dimensão tem a ver com a aplicação dos recursos, cumprindo a Lei (e.g., vinculações) e procurando alcançar entre outros os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade, e efetividade. Para essa avaliação é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos. O boletim procura cobrir ambas as dimensões.

O Estado reafirma assim seu compromisso com a responsabilidade fiscal e a transparência, fazendo chegar mais informações ao cidadão contribuinte. Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do

Despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou outros recursos orçamentários



Rio de Janeiro, no dia 10/03/08. A despesa refere-se ao conceito de empenho liquidado e a receita realizada já vem depurada de receitas intra-orçamentárias. A análise da administração da Dívida Pública tomou por base o valor do empenho efetivamente pago. Assinale-se que por uma peculiaridade do Estado do Rio de Janeiro, o orçamento da empresa de águas e saneamento – CEDAE encontra-se inserido no orçamento do Estado, não obstante o caráter crescentemente independente desta empresa. Para atenuar a distorção que esse legado histórico ainda impõe às contas públicas, o boletim procura identificar e segregar o efeito das receitas e despesas da CEDAE sobre as contas do resto do governo.

O Boletim é dividido em quatro seções além desta apresentação. Primeiro, destaca-se o resultado fiscal do bimestre, tanto no conceito primário como orçamentário. A segunda seção analisa a evolução das diversas rubricas de receita, e a terceira seção analisa a despesa, tanto no seu agregado de execução orçamentária, quanto no detalhe da aplicação em alguns órgãos chaves. Uma quarta seção apresenta elementos da política financeira do Estado, notadamente a administração da dívida pública.

Por uma peculiaridade do Estado do Rio de Janeiro, o orçamento da empresa de águas e saneamento — CEDAE encontra-se inserido no orçamento do Estado, não obstante o caráter crescentemente independente desta empresa.

I. Resultado Fiscal

Nos dois primeiros meses de 2008, houve melhora significativa nos resultados orçamentário e primário do Estado em comparação com os mesmos meses de 2007.

I.1 Resultado Orçamentário¹

O resultado orçamentário do Governo Estadual no primeiro bimestre de 2008 foi superavitário em R\$ 1.360,69 milhões, o que representa um aumento de 68,9% se comparado com o superávit de R\$ 805,85 milhões obtido no mesmo período do ano passado. A melhora deste resultado deve-se essencialmente ao aumento de 20,7% da receita (+R\$ 1.235,07 milhões) frente aos 13,2% de incremento da despesa (tabela 1).

O crescimento do item “Pessoal e Encargos” ficou abaixo do crescimento da despesa total, tendo se elevado apenas 9,1% (gráfico 1), não obstante o total cumprimento dos aumentos de salários “em escadinha” legislados em 2006, o aumento salarial de 4,0% dado a categorias que vinham sem aumentos por vários anos (e.g., professores, policiais e servidores da saúde), e a regularização de diversas situações de terceirização, que deixaram de ser contadas como despesa de custeio e foram, na esteira da adoção de outros mecanismos de contratação, adequadamente incluídas nas despesas de pessoal.

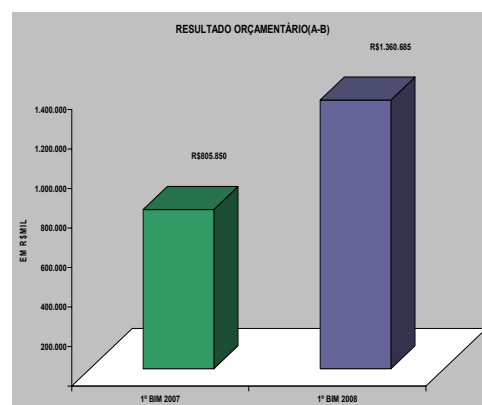
Tabela 1

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1º BIM 2007/ 1º BIM 2008

R\$ MIL

DISCRIMINAÇÃO	1º BIM 2007	1º BIM 2008
RECEITA TOTAL	5.976.398	7.328.573
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	15.414	132.518
I. RECEITA SEM INTRA-ORÇAMENTÁRIA (A)	5.960.984	7.196.054
I.1 RECEITA CORRENTE	5.937.935	7.156.296
I.1.1 Receita Tributária	3.651.170	4.119.836
I.1.2 Receita Patrimonial	1.159.904	1.568.679
I.1.3 Receita de Transferências	451.284	630.266
I.1.4 Demais Receitas Correntes	551.382	707.954
I.2 RECEITA DE CAPITAL	23.049	39.758
DESPESA TOTAL	5.327.044	6.016.443
DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	171.911	181.073
II. DESPESA SEM INTRA-ORÇAMENTÁRIA (B)	5.155.133	5.835.370
II.1 DESPESA CORRENTE	5.023.107	5.671.898
II.1.1 Pessoal e Encargos Sociais	2.296.289	2.505.860
II.1.2 Demais Despesas Correntes	2.380.961	2.784.565
II.1.2.1 Juros e Encargos da Dívida	345.857	381.473
II.2 DESPESA DE CAPITAL	132.026	163.471
II.2.1 Investimentos	38.975	48.451
II.2.2 Inversões Financeiras	424	1.900
II.2.3 Amortização da Dívida	92.627	113.121
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO(A-B)	805.850	1.360.685

Gráfico 1



¹ O resultado orçamentário exclui a receita e a despesa intra-orçamentária. Estas são apresentadas em destaque na Tabela 1 para maior clareza.

I.2 Resultado Primário

O resultado primário no primeiro bimestre de 2008 ultrapassou em 46,1% a cifra equivalente no mesmo período do ano anterior (tabela 2). A melhora explica-se pela elevação em 19,9% das receitas não-financeiras, maior que a elevação de 13,2% das despesas não-financeiras.

Tabela 2
RESULTADO PRIMÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1º BIM 2007/ 1º BIM 2008

DISCRIMINAÇÃO	1º BIM 2007	1º BIM 2008	Δ %
RECEITA *(A)	5.960.984	7.196.054	21%
RECEITAS FINANCEIRAS (C)	36.577	90.168	147%
RECEITA NÃO-FINANCEIRA (A-C)	5.924.406	7.105.887	20%
DESPESA*	5.155.133	5.835.370	13%
DESPESAS FINANCEIRAS (D)	438.484	494.594	13%
DESPESA NÃO-FINANCEIRA (B-D)	4.716.649	5.340.776	13%
RESULTADO PRIMÁRIO	1.207.757	1.765.111	46%

** receita e despesa não incluem a intra-orçamentária*

II. Receita Estadual

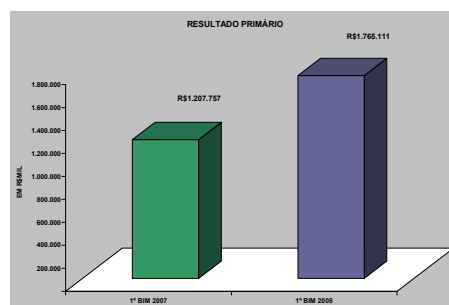
No primeiro bimestre do ano a receita estadual alcançou R\$ 7.196,05 milhões, crescendo 20,7% (R\$ 1.235,07 milhões) frente ao mesmo período do ano anterior.

II.1 Receitas Correntes

As receitas correntes apresentaram variação positiva acumulada no ano de 20,5% (R\$ 1.218,36 milhões) em relação a 2007, devido principalmente ao aumento de R\$ 468,67 milhões da receita tributária em 12,8% e de R\$ 408,78 milhões da receita patrimonial (tabela 3). As transferências correntes, que cresceram 39,7%, contribuíram com um adicional de receita de R\$ 178,98 milhões. Finalmente, as receitas de serviços—onde se incluem convencionalmente as receitas da empresa de águas e saneamento do Estado—aumentaram em R\$ 105,76 milhões (24,0%), refletindo importante esforço de reestruturação da empresa nos pródromos de seu acesso ao mercado de capital.

II.1.1 Receita Tributária

A arrecadação da receita tributária no primeiro bimestre de 2008 foi de R\$ 4.119,84 milhões, representando um

Gráfico 2

Tabela 3
DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1º BIM 2007/ 1º BIM 2008

DISCRIMINAÇÃO	1º BIM 2007	1º BIM 2008	Δ %
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.651.170	4.119.836	13%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	124.195	129.562	4%
RECEITA PATRIMONIAL	1.159.904	1.568.679	35%
RECEITA AGROPECUÁRIA	3	6	103%
RECEITA INDUSTRIAL	7.398	10.434	41%
RECEITA DE SERVIÇOS	440.952	546.721	24%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	451.284	630.266	40%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	103.028	150.793	46%
RECEITAS DE CAPITAL	23.049	39.758	72%
Total	5.960.984	7.196.054	21%

Tabela 4
RECEITA TRIBUTÁRIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1º BIM 2007/ 1º BIM 2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ MIL		var %
	2007 1º BIM	2008 1º BIM	
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.651.170	4.119.836	13%
ICMS	2.625.294	2.967.354	13%
ADICIONAL DO ICMS	281.744	321.658	14%
IRRF	155.612	175.188	13%
IPVA	506.594	547.712	8%
ITD e ITBI	23.940	42.716	78%
TAXAS	57.986	65.209	12%

incremento de 12,8% em relação ao mesmo período de 2007 (tabela 4).

Este resultado reflete o aumento de R\$ 342,06 milhões no recolhimento do ICMS (+13,0%), notadamente pelo incremento em Metalurgia/Siderurgia de 81,1% (R\$ 58,13 milhões); Serviços de Comunicação com 11,6% (R\$ 56,12 milhões) e Química com 34,6% (R\$ 25,34 milhões).

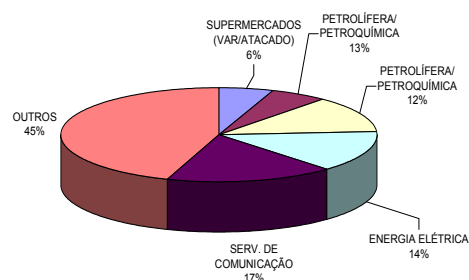
O imposto de renda sobre a folha dos servidores ativos e inativos e pensionistas do Estado também teve um desempenho positivo, com aumento da arrecadação acumulada nos dois primeiros meses de 12,6% (R\$ 19,58 milhões). Este aumento se deu não obstante a mudança da faixa de isenção do imposto, a qual subiu em 4,5% entre 2007 e 2008.

O IPVA apresentou um crescimento no bimestre de 8,1% (R\$ 41,12 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, refletindo essencialmente a ampliação e modernização da frota de veículos privados do Estado.

O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações--ITD teve forte crescimento de 78,4% (R\$ 18,78 milhões) nesse começo de ano. Esse aumento decorre principalmente de dois fatores: cooperação técnica com a Receita Federal no caso das doações declaradas no Imposto de Renda de Pessoa Física (que são tributadas em 4% pelo Estado) e a simplificação do cálculo e do pagamento do imposto sobre bens imóveis obtida ao longo de 2007, cujos resultados têm se avolumado².

Gráfico 3

ARRECAÇÃO DO ICMS
PARTICIPAÇÃO POR ATIVIDADE ECONÔMICA
JAN/FEV 2008



A arrecadação do ITD cresceu 78,43% como consequência da cooperação com a Receita Federal na tributação de doações e da simplificação e automação da avaliação e pagamento do imposto devido sobre a transmissão de imóveis

² A arrecadação do ITD (Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e por Doação de Quaisquer Bens e Direitos) cresceu 39% ao longo de 2007, especialmente no segundo semestre. O crescimento da receita decorrente de transações com bem móveis se explica principalmente pela tributação das doações. O crescimento do tributo sobre bens imóveis (que corresponde a 2/3 do recolhimento do imposto), se deveu à simplificação do processo obtida com as novas regras para pagamento do ITD estabelecidas pela Secretaria de Fazenda e pela Procuradoria Geral do Estado no começo de 2007. No segundo semestre, houve ainda a implantação de um sistema de informática que permite agilizar o cálculo e pagamento do tributo via internet, que foi resultado de parceria entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Secretaria de Fazenda do Estado do RJ. Este sistema deve ser expandido a outras municipalidades que manifestem interesse e tenham bancos de dados do valor dos imóveis em base eletrônica.

As receitas de Taxas foram ampliadas no primeiro bimestre de 2008 em 12,5% (R\$7,22 milhões). Esse desempenho se deve principalmente às receitas com emolumentos e custas extra-judiciais, que tiveram incremento de 20,8% (R\$ 4,42 milhões).

II.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

A Receita Patrimonial alcançou R\$ 1.568,67 milhões no primeiro bimestre de 2008 (tabela 5), aumentando em R\$ 408,78 milhões (+35,2%). Neste grupo, destacam-se os aumentos das participações governamentais na produção de petróleo e gás em R\$ 172,24 milhões (+17,4%) e da receita decorrente do resgate dos Certificados Financeiros do Tesouro (CFT's), cujo aumento foi de R\$ 209,18 milhões (+153,2%).

O aumento da receita de Royalties e Participações Especiais (PE) deve-se principalmente à alta sustentada do preço do barril de petróleo, que havia sofrido queda importante às vésperas das eleições legislativas nos EUA no final de 2006. Assinale-se que o crescimento de Royalties (+23,4%) foi maior do que o de Participações Especiais (+15,3%), devido em parte à menor produção em alguns grandes campos e à aceleração do aumento dos custos de operação relativos da Petrobras, que resultam no estreitamento da base de recolhimento das participações especiais (os Royalties crescem proporcionalmente à produção e ao preço do petróleo, enquanto as Participações especiais dependem mais de grandes volumes de produção, subtraídos os custos de operação lançados pela empresa produtora).

Especificamente, os Royalties e Participação Especial (PE) são calculados a partir de valores de referência de barril e câmbio, com dois meses de defasagem, sendo a receita do primeiro bimestre reflexo da produção no último bimestre do ano anterior. Verifica-se que a elevação do preço

Tabela 5

RECEITA PATRIMONIAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1º BIM 2007/ 1º BIM 2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ MIL		var %
	2007 1º BIM	2008 1º BIM	
RECEITA PATRIMONIAL	1.159.904	1.568.679	35%
PETRÓLEO	989.912	1.162.160	17%
Royalties	260.636	321.373	23%
Participação Especial	728.986	840.409	15%
FEP	290	377	30%
CFT's	136.533	345.721	153%
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	26.272	50.807	93%
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	7.187	9.991	39%

O aumento do preço do petróleo em dólares compensou a queda na produção e a apreciação do Real em relação ao período base do primeiro bimestre de 2007

Tabela 6

Discriminação	4º Tri/06	4º Tri/07	Var %
Produção (milhões bbl)	137,14	128,08	-6,60%
Brent (US\$/bbl)	59,68	88,69	48,62%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	2,15	1,79	-17,03%

do barril de petróleo em dólares (57,4%) compensou a queda da produção (-6,0%) e a apreciação da moeda nacional verificada nos últimos meses (+17,0%).

A receita do resgate dos títulos públicos denominados CFT, convencionalmente incluída entre as receitas correntes, é resultado de uma operação com o Tesouro Nacional estabelecida em 1999 pela qual o Estado obteve ativos financeiros do Tesouro (os CFTs) contra a troca de um fluxo de pagamentos respaldados pela receita de participações governamentais sobre a produção de petróleo e gás natural. A receita dos CFT cresceu nos meses recentes porque o valor de resgate desses certificados é indexado ao IGP, o qual teve forte aumento no final de 2007, e porque acordou-se uma aceleração da programação de resgate de parte do estoque desses certificados.^{3, 4}

O retorno das aplicações financeiras, por seu lado, aumentou em 93,4% (R\$ 24,54 milhões), devido principalmente à melhora da posição do caixa resultante do superávit orçamentário de R\$ 794,36 milhões gerado no ano de 2007.

II.1.3 Receita de Transferências

A receita de transferências foi de R\$ 630,27 milhões nesse primeiro bimestre de 2008, representando 39,7% a mais do que em 2007 (tabela 7).

³ Esta aceleração foi autorizada pela MP N° 396, de 04 de outubro de 2007.

⁴ Assinale-se que a receita de Royalties e Participações Especiais vinculada contratualmente ao pagamento da compra destes títulos não é descontada das receitas correntes líquidas do Estado, estando esse pagamento apenas consignado como uma das despesas do Estado. Ou seja, a Receita Corrente Líquida do Estado inclui a receita patrimonial usada para a permuta dos CFTs e o valor do resgate escalonado desses mesmos títulos.

A receita de CFT resulta do resgate programado de ativos financeiros obtidos através permuta por um fluxo de pagamentos respaldados por royalties e PE acordada em 1999 e que não é deduzido da Receita Corrente Líquida do Estado.

A principal transferência da União para o Estado é o FPE, que cresceu 34,8% (R\$ 33,27 milhões) na esteira do aumento da arrecadação de imposto de renda pela União, tendo o mês de fevereiro se notabilizado pelo forte recolhimento do imposto de renda de pessoas jurídicas na declaração de ajuste referente ao ano base 2007. O IPI Exportação teve um incremento de 31,7% (R\$ 18,96 milhões) também explicado pela melhora na arrecadação federal.

As transferências do Salário Educação caíram no primeiro bimestre, pois não houve transferência em fevereiro, tendo a segunda quota estadual sido liberada somente em março. Também houve declínio no repasse da CIDE, talvez porque o aumento do consumo de álcool e a estabilidade do preço da gasolina estejam a reduzir a base de cálculo da contribuição. Finalmente, as transferências da Lei Kandir continuam dependendo da aprovação do Orçamento e de critérios de repartição entre os estados, com a incerteza e retardos daí derivados. Destarte, não houve entrada de recursos relativa à Lei Kandir nos primeiros meses de 2008, e tampouco em 2007.

As receitas de convênios totalizaram R\$ 10,39 milhões no primeiro bimestre, demonstrando uma queda de 27,1% em relação ao primeiro bimestre de 2007. Este resultado decorre da redução dos recursos provenientes de convênios com a União devido ao atraso na aprovação de seu Orçamento. Espera-se, portanto, uma melhora dessa rubrica ao longo do ano.

As receitas do FUNDEB cresceram 104,0% em relação ao primeiro bimestre de 2007, essencialmente por conta da inclusão do Ensino Médio entre as atividades financiadas por esse mecanismo, e também pela expressiva expansão dos recursos vinculados ao novo fundo que substituiu o FUNDEF determinados pela EC nº 53/2006.⁵ A inclusão

Tabela 7
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1º BIM 2007/ 1º BIM 2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ MIL	
	2007 1º BIM	2008 1º BIM
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	451.284	630.266
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	314.794	370.085
FPE	95.512	128.781
IPI exp	59.788	78.752
IOF	11	15
CIDE	24.562	24.285
SUS	85.945	119.341
Salário Educação	47.781	17.585
Lei Kandir		
Demais Transf. da União	1.195	1.325
FUNDEB	122.226	249.320
CONVÊNIOS	14.248	10.390
OUTRAS TRANSF. CORRENTES	16	471

As transferências da União aumentaram principalmente pelo pico de arrecadação federal observado em fevereiro de 2008.

As transferências da Lei Kandir em geral só começam depois do primeiro bimestre, por conta da aprovação do orçamento federal e da necessidade de decisões discricionárias sobre a repartição dessas receitas entre os estados.

⁵ A Emenda Constitucional Nº 53/2006 aumentou as vinculações dos tributos e transferências antes associados ao FUNDEF e incorporou outras receitas tributárias como fonte de financiamento, de acordo com a seguinte evolução: ICMS (FUNDEF - 15%, FUNDEB 16,66%, 18,33% e 20% - para 2007, 2008 e 2009 respectivamente), FPE (FUNDEF -

das matrículas do Ensino Médio na distribuição de recursos entre Estado e Municípios elevou a participação do Estado no montante arrecadado pelo Fundo, que saltou de 26% em 2006 para 38% nos meses recentes. Assinale-se que as novas alíquotas só foram efetivadas a partir do segundo quadrimestre de 2007, afetando a base de comparação do primeiro bimestre de 2008.

II.1.4 Demais Receitas Correntes

As demais receitas correntes cresceram 24,0% (R\$ 161,93 milhões) neste primeiro bimestre de 2008 (tabela 8). Esse aumento se explica basicamente pela variação de 24,0% (R\$ 105,76 milhões) na receita de serviços e de 201,5% (R\$ 57,38 milhões) nas receitas diversas.

No que tange à receita de serviços é necessário identificar as receitas da CEDAE, que como observado ainda se mesclam com as outras receitas do orçamento do Estado, representando 5,2% destas receitas. Nos dois primeiros meses do ano, 90,6% de sua receita total estava nas receitas de serviços do RJ. O aumento da receita de serviços é atribuído a companhia, cujos ingressos desta natureza tiveram incremento de 30,1% em relação a 2007. Deve-se salientar que somente as receitas de serviços da CEDAE significam 5,2% das receitas correntes do Estado. Desta forma, é preciso assinalar que a inclusão da receita da empresa no orçamento estadual tem grande poder de distorção da realidade das contas do governo.

Tabela 8

DEMAIS RECEITAS CORRENTES

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1º BIM 2007/ 1º BIM 2008

R\$ MIL

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	var %
	1º BIM	1º BIM	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	675.577	837.515	24%
Receita de Contribuições	124.195	129.562	4%
Receita Agropecuária	3	6	103%
Receita Industrial	7.398	10.434	41%
Receita de Serviços	440.952	546.721	24%
CEDAE	283.738	369.112	30%
Dívida Ativa, Multas e Restituições	74.547	64.928	-13%
Receitas Diversas	28.481	85.865	201%

No primeiro bimestre de 2008, 67,53% da receita de serviços são de recursos da CEDAE.

15%, FUNDEB 16,66%, 18,33% e 20% - para 2007, 2008 e 2009 respectivamente), **IPI-Exp.** (FUNDEF - 15%, FUNDEB 16,66%, 18,33% e 20% - para 2007, 2008 e 2009 respectivamente), **Lei Kandir** (FUNDEF - 15%, FUNDEB 16,66%, 18,33% e 20% - para 2007, 2008 e 2009 respectivamente), **IPVA** (FUNDEF - 0%, FUNDEB 6,66%, 13,33% e 20% - para 2007, 2008 e 2009 respectivamente) e **ITD** (FUNDEF - 0%, FUNDEB 6,66%, 13,33% e 20% - para 2007, 2008 e 2009 respectivamente).

A elevação das receitas diversas se deve principalmente ao incremento de depósitos judiciais do Tribunal de Justiça do Estado e restituição de COFINS e PASEP pago a mais pela CEDAE, que sozinhas representaram 61,2% de todas as receitas diversas.

II.2 Receitas de Capital

A receita de capital, que inclui o desembolso de empréstimos, alcançou R\$ 39,76 milhões nos dois primeiros meses de 2008, o que significou um aumento de 72,5% (R\$ 16,71 milhões) em relação a 2007. Os desembolsos das operações de crédito cresceram R\$ 27,92 milhões, basicamente por conta do desembolso de R\$ 31,45 milhões para as obras do metrô, financiadas pelo BNDES.

A receita com alienação de bens foi apenas de R\$ 1 mil no acumulado do ano, muito abaixo dos R\$ 713 mil verificados no começo do ano anterior.

A receita com amortização de empréstimos proveniente do FUNDES⁶ foi de R\$ 1,85 milhões mensais, valor 30,5% maior do que o verificado no começo do ano anterior. A recuperação dos valores emprestados é em parte destinada ao orçamento do Estado, o restante sendo vinculado ao RioPrevidência, constituindo-se em uma de suas receitas próprias para garantir futuras aposentadorias.

Tabela 9

RECEITA DE CAPITAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1º BIM 2007/ 1º BIM 2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ MIL		var %
	2007 1º BIM	2008 1º BIM	
RECEITA DE CAPITAL	23.049	39.758	72%
Operações de Crédito	3.536	31.456	789%
Alienação de Bens	713	1	-100%
Amortização de Empréstimos	6.056	7.904	31%
Transferências de Capital	174	397	128%
Outras Receitas de Capital	12.569	-	-100%

⁶ Fundes – Fundo especial destinado criar melhores condições para atração de investimentos para o Estado do Rio de Janeiro.

III. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

No primeiro bimestre de 2008, o Governo do Estado do Rio de Janeiro aplicou um total de R\$ 5,98 bilhões⁷ (tabela 10-A), quando se consideram as despesas executadas pelo Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público e os 23 órgãos do Poder Executivo com as respectivas entidades supervisionadas.⁸ Este valor representa um incremento de 12,3% (R\$ 655 milhões) em relação ao mesmo período de 2007. Neste total incluem-se as despesas intra-orçamentárias, notadamente as despesas da Segurança financiadas pelo convênio com o DETRAN. Se desconsideradas as despesas intra-orçamentárias que totalizaram R\$ 146,59 milhões no primeiro bimestre 2008 e R\$171,91milhões em 2007, a variação da despesa atingiu 13,2% (R\$680,24 milhões).

Os anexos nº 1 a 6 detalham a despesas por fonte de recursos, grupo de despesa, e órgãos.

III.1 Despesa por fonte

Analisando-se as despesas por fontes, verifica-se que R\$ 4,35 bilhões foram financiadas por Recursos do Tesouro e R\$ 1,63 bilhão por Outras Fontes, inclusive Royalties vinculados ao RioPrevidência, considerados como receitas próprias deste Fundo.

O grupo “Recursos do Tesouro” foi composto basicamente por recurso provenientes de impostos (R\$ 2,96 bilhões) e Royalties (R\$ 949,9 milhões), já deduzidos dos valores vinculados ao RioPrevidência. Já o grupo “Outras Fontes” foi composto

⁷ Os dados utilizados neste Boletim foram extraídos do SIG em 10/03/2008.

⁸ Entende-se por órgão a unidade constante na estrutura organizacional da Administração Pública responsável pela coordenação das atividades direcionadas a uma mesma função de Governo exercidas pela Administração Direta e Indireta.

Tabela 10

DESPESAS POR PODERES ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1º BIM 2007 / 2008			
DISCRIMINAÇÃO	R\$ MIL		
	1º BIM 2007	1º BIM 2008	Δ %
PODER EXECUTIVO	4.731.414	5.378.571	13,7%
ALERJ	57.646	70.718	22,7%
TCE	42.127	49.431	17,3%
TJ	261.568	267.090	2,1%
MP	62.378	69.559	11,5%
SUBTOTAL (SEM INTRA-ORÇAMENTÁRIA)	5.155.133	5.835.370	13,2%
DESP. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	171.911	146.596	-14,7%
TOTAL GERAL	5.327.044	5.981.966	12,3%

Tabela 11

DESPESAS POR FONTE DE RECURSO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1º BIM 2007 / 2008		
DISCRIMINAÇÃO	R\$ MIL	
	1º BIM 2007	1º BIM 2008
RECURSOS DO TESOURO	4.029.200	4.352.706
00 - ORDINÁRIOS PROVEN. IMPOSTOS	2.698.596	2.966.156
01 - ORDINÁRIOS NÃO PROVEN. IMPOSTOS	63.332	309.060
04 - INDENIZAÇÃO PELA EXTR. DO PETRÓLEO	1.120.044	949.916
06 - FUNDO DE PARTICIP. DOS ESTADOS	74.349	18.791
DEMAIS FONTES DO TESOURO	72.878	108.783
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	1.297.844	1.629.260
10 - ARRECAD. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA	1.097.950	1.380.588
12 - CONVÊNIOS - ADM. DIRETA	2.746	5.028
13 - CONVÊNIOS - ADM. INDIRETA	2.925	6.332
15 - FUNDEB	130.819	197.002
25 - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	55.233	28.716
98 - OUTRAS RECEITAS DA ADM INDIRETA	48	571
99 - OUTRAS RECEITAS DA ADM DIRETA	8.123	11.023
TOTAL GERAL	5.327.044	5.981.966

Gráfico 4



quase integralmente pela arrecadação própria da Administração Indireta (R\$ 1,380 bilhão), com destaque para o Fundo Único de Previdência Social—RioPrevidência (R\$651,7milhões) e para receitas de serviços da CEDAE (R\$ 369,11 milhões).

Assinale-se que boa parte das receitas próprias do RioPrevidência corresponde à vinculação da receita de Royalties e Participações Especiais, na esteira da Lei 10.841/2002. As outras receitas próprias do RioPrevidência incluem as Contribuições Patronais pagas pelos diversos Poderes, cuja fonte de recursos é essencialmente derivada de tributos e demais receitas patrimoniais. Incluem-se ainda entre as receitas próprias do RioPrevidência os valores dos resgates dos CFTs.

As receitas próprias do RioPrevidência vêm sendo fortalecidas pelo pagamento das contribuições patronais gradualmente assumidas por todos os Poderes, e pela vinculação de significativa parcela dos royalties e PE recebidos pelo Estado.

III.2 Despesa por grupo

Analisando a despesa por grupo, verifica-se que o acréscimo de 12,3% (R\$654,92milhões) no total das despesas realizadas em 2008 se distribuiu entre:

- gastos de pessoal, inclusive as obrigações patronais, R\$205,12milhões, dos quais R\$94,51 milhões se referem a Inativos;
- custeio, R\$ 382,73 milhões;
- juros e encargos da dívida, R\$ 35,61 milhões;
- amortização da dívida, R\$ 20,49 milhões e;
- investimentos, R\$ 9,47 milhões.

O início da execução orçamentária de 2008 ocorreu na segunda quinzena de Janeiro, mas em alguns órgãos ela se atrasou, pois eles ainda estavam realizando procedimentos de encerramento do exercício anterior. Mesmo assim, a

Tabela 12

**DESPESAS POR GRUPO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1º BIM 2007 / 2008**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ MIL	
	1º BIM 2007	1º BIM 2008
1 - PESSOAL / ENC. SOCIAIS	2.467.484	2.672.610
1.1 - EXECUTIVO	1.152.617	1.239.116
1.2 - ALERJ	51.632	65.429
1.3 - TCE	40.855	47.873
1.4 - TJ	235.038	233.473
1.5 - MP	57.710	62.570
1.6 - INATIVOS	929.632	1.024.149
2 - JUROS / ENC. DA DÍVIDA	345.857	381.473
3 - CUSTEIO*	2.381.676	2.764.412
3.1 - EXECUTIVO	2.350.739	2.724.990
3.2 - ALERJ	6.014	5.203
3.3 - TCE	1.272	1.524
3.4 - TJ	19.885	28.528
3.5 - MP	3.767	4.168
4 - INVESTIMENTOS	38.975	48.450
4.1 - EXECUTIVO	31.429	40.419
4.2 - ALERJ		87
4.3 - TCE		34
4.4 - TJ	6.645	5.090
4.5 - MP	901	2.822
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	424	1.900
6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	92.627	113.121
TOTAL GERAL	5.327.044	5.981.966

*Exclui despesas com Inativos classificadas no grupo 3

despesa liquidada, considerando-se a de pessoal, alcançou 15,8% do valor do orçamento anual.

III. 2. 1 Despesa de Pessoal ⁹

Do incremento de R\$ 205,12 milhões nas despesas de pessoal em relação ao primeiro bimestre de 2007, R\$ 86,49 milhões são de Pessoal Ativo do Executivo, em diversos órgãos (comentados adiante), R\$ 24,10 milhões de Pessoal dos Outros Poderes e R\$ 94,51 milhões de Pessoal Inativo.

O aumento de R\$ 24,10 milhões em Outros Poderes, se deve, em parte, ao recolhimento de 2% de obrigações patronais, que não ocorria em 2007 (R\$5,56 milhões). No pagamento de Pessoal Ativo, destacam-se ainda a ALERJ e o TCE com acréscimos de R\$ 13,79 milhões (26,7%) e R\$ 7,01 milhões (17,2%), respectivamente.

O acréscimo em Inativos está assim distribuído: Poder Executivo, R\$ 72,08 milhões; Outros Poderes, R\$ 21,91 milhões. No Poder Executivo, as maiores variações concentram-se na Segurança Pública e no pagamento de benefícios previdenciários e pensões, respectivamente 11,7% e 10,4% em relação a 2007. Nos Outros Poderes, concentram-se no TCE (36,4%) e na Alerj (16,8%).

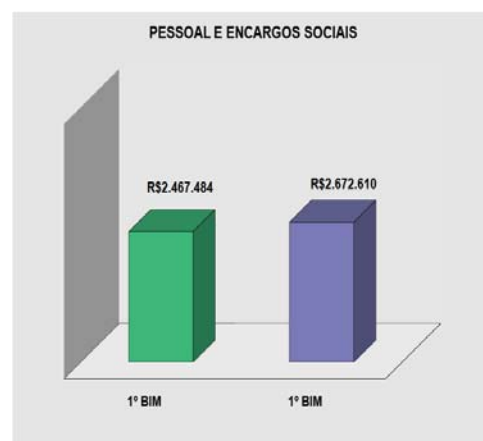
O aumento de R\$ 89,49 milhões de Pessoal Ativo do Poder Executivo está assim distribuído:

- Defensoria Pública Geral do Estado, R\$39,21 milhões destinados às despesas com Gratificação Natalina/13º salário (R\$17,43 milhões), abono de férias do pessoal estatutário (R\$10,01 milhões) e gratificação de representação (R\$6,86 milhões), complementando os gastos realizados em dezembro de 2007;

Gráfico 5



Gráfico 6



⁹ Na análise de Pessoal foram consideradas as despesas com Ativos e Inativos, embora os Inativos sejam classificados como despesas correntes.



- Secretaria de Estado de Segurança, inclusive PCERJ e PMERJ, R\$15,84 milhões, dos quais R\$10,67 milhões destinaram-se ao pagamento de obrigações patronais. Esta variação é decorrente da aplicação incorreta do percentual de 11% sobre a folha de pessoal da PMERJ no 1º bimestre de 2007, quando deveria ser de 22%. O acerto só ocorreu no 2º bimestre do ano.

- Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil, e suas respectivas unidades orçamentárias, inclusive Fundo Especial do Corpo de Bombeiros e o Fundo Estadual de Saúde, R\$15,47 milhões destinados a auxílio-moradia para o pessoal militar (R\$7,61 milhões) e ao pagamento de pessoal por tempo determinado (R\$7,57 milhões), sendo esta uma despesa nova, para substituição do pessoal cooperativado, com reflexo positivo na diminuição da despesa de custeio (terceirização);

- Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e suas respectivas unidades orçamentárias, R\$12,57 milhões concentrados no pagamento de pessoal da FAETEC, UERJ e UENF (R\$ 9,94 milhões), refletindo entre outros fatores o aumento salarial de 4% concedido ao setor de educação em 2007 e a continuidade das despesas decorrentes dos Planos de Cargos e Salários concedidos em 2006, aos profissionais da UERJ e da UENF. Na FAETEC destaca-se ainda a contratação temporária de professores a partir de julho de 2007;

- Secretaria de Estado da Casa Civil, e suas respectivas unidades orçamentárias, R\$10,71 milhões destinados basicamente às despesas com vencimentos de pessoal estatutário (R\$4,84 milhões), gratificação por exercício de encargos especiais (R\$1,00 milhão) e obrigações patronais (R\$1,41 milhão), por conta de alteração da estrutura do órgão, especialmente, a integração do NOVO DEGASE (Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas), antes

O aumento da despesa de pessoal do executivo também reflete o legado de reajustes salariais concedidos de forma parcelada a partir de 2006 até meados de 2008, além da substituição de alguns contratos de terceirização por contratação de pessoal por tempo determinado, com redução da contabilidade de remuneração força de trabalho na despesa de custeio.

inserido na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos.¹⁰

- Secretaria de Estado de Obras, R\$ 9,45 milhões destinados principalmente ao pagamento de precatórios ao pessoal ativo civil do DER (R\$4,71 milhões) e pagamento de FGTS e INSS da CEDAE (R\$3,56 milhões)

III.2.2 Despesa de Custeio ¹¹

O incremento de R\$ 382,73 milhões nas despesas de custeio pode ser explicado basicamente por:

- Aumento na Secretaria de Estado de Obras de R\$ 61,78 milhões destinados principalmente:

CEDAE: despesas com obrigações tributárias e contributivas, COFINS (R\$ 15,73 milhões); fornecimento de energia elétrica que não era pago pelo órgão no início de 2007 (R\$13,40 milhões); operações de sistemas de água e esgoto (R\$4,77milhões); benefícios previdenciários (R\$5,21 milhões) e vale-refeição a servidores (R\$5,29 milhões).

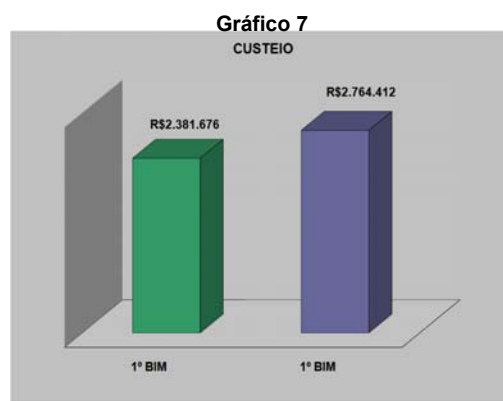
DER: despesas com conservação de rodovias (R\$7,31 milhões) e sentenças judiciais (R\$6,63 milhões)

- Aumento em Encargos Gerais do Estado de R\$ 269,53 milhões, decorrente do incremento nas transferências de receitas constitucionais e legais aos municípios (R\$ 121,94 milhões) e encargos com a União / devolução de Royalties (R\$130 milhões), em virtude do aumento de R\$172 milhões na arrecadação da receita de Participação Especial e de Royalties.

A “devolução dos Royalties” é a contrapartida pela aquisição dos CFTs mencionada acima e decorrente do acordo de

¹⁰ Compete ao DEGASE implementar ações de ressocialização de adolescentes em conflito com a Lei que estejam cumprindo medidas sócio-educativas

¹¹ Neste grupo de custeio foram desconsideradas as despesas com Inativos e Pensionistas.



A “devolução de Royalties” corresponde ao fluxo dado em pagamento pela aquisição dos Certificados do Tesouro Nacional resgatáveis até 2014, acordado em 1999.

refinanciamento da dívida do Estado em 1999. Este acordo prevê a troca de uma parte do fluxo de Royalties e PE em permuta pelos CFTs, cujo resgate está programado até 2014. Em 2007, essa devolução foi de R\$1,75 bilhão de reais, havendo projeção de pagamento de R\$1,64 bilhão em 2008, que provavelmente será liquidado até maio.¹²

III.2.3 Transferências aos Municípios e FUNDEB

As transferências de receitas constitucionais e legais aos municípios totalizaram R\$1,08 bilhão no 1º bimestre de 2008. Para o FUNDEB foram transferidos R\$ 247,62 milhões, referentes apenas ao mês de janeiro.

Em comparação com o primeiro bimestre de 2007, observa-se um acréscimo de 12,7% nas transferências de receitas constitucionais e legais, justificado principalmente pelo aumento de arrecadação do ICMS.

Com relação às transferências ao FUNDEB, como o fechamento deste relatório se baseou em dados de 10 de março de 2008, a comparação com 2007 ficou prejudicada, pois neste item ainda não havia sido contabilizado os valores transferidos em fevereiro de 2008.

No entanto, pelos dados de arrecadação de receita que servem de base de cálculo para a transferência, é possível afirmar que essas transferências alcançarão cerca de R\$ 485 milhões, valor acima do ocorrido no primeiro bimestre de 2007, em virtude das alterações dos percentuais de repasse por conta da nova legislação do FUNDEB e do aumento de arrecadação de ICMS no início de 2008.

III.2.4 Investimentos

A despesa de investimento alcançou R\$ 48,45 milhões no primeiro bimestre de 2008, apresentando incremento de R\$

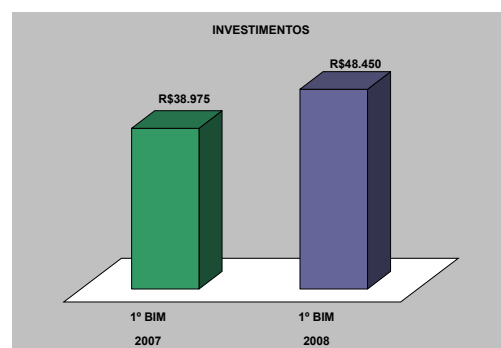
Tabela 13

TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS E AO FUNDEB ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1º BIM 2007 / 2008		
Em R\$1.000		
DISCRIMINAÇÃO	1º BIM 2007	1º BIM 2008
ICM/ICMS	647.317	735.275
IPVA	253.293	273.844
IPI	14.947	19.688
ROYALTES	37.674	46.434
CIDE	6.140	6.071
TOTAL P/ MUNICÍPIOS	959.372	1.081.312
TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	315.133	247.682
TOTAL GERAL	1.274.504	1.328.994

* Dados de 2008 referentes apenas ao mês de Janeiro

As transferências constitucionais e legais para os municípios aumentaram em R\$ 122 milhões no primeiro bimestre de 2008, sendo R\$ 88 milhões decorrentes do aumento da arrecadação de ICMS

Gráfico 8



¹² Este pagamento, apesar de convencionalmente chamado de “devolução” é uma despesa primária e não uma transferência ou compartilhamento, não sendo, portanto, abatido da Receita Corrente Líquida do Estado.

9,48 milhões (+24,3%). Esse aumento concentra-se na Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil (R\$ 7,27 milhões), decorrente de compras de equipamentos e utensílios hospitalares.

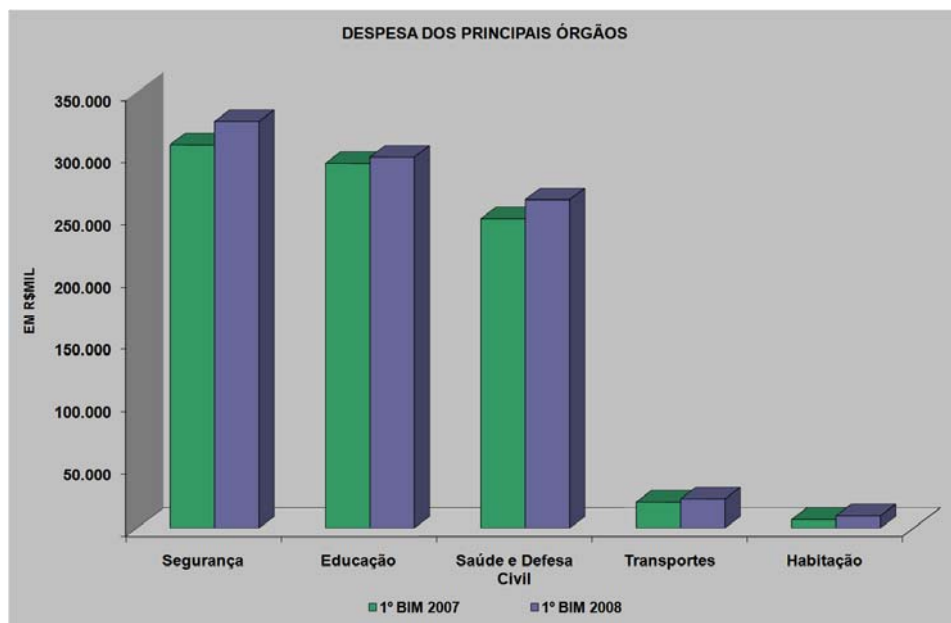
III.3 Despesa por área de governo

As principais áreas de gasto do governo são Saúde, Educação e Segurança, que correspondem aos serviços básicos providos pelo Estado. A maior parte da despesa nessas áreas associa-se ao pagamento de pessoal ativo, que responde pela produção desses serviços. Como observado acima, em alguns casos—notadamente na Segurança, parte do aumento da despesa em 2008 se deve à regularização das contribuições para a aposentadoria dos atuais servidores ativos, assim como a crescente tempestividade do pagamento pelos serviços essenciais de custeio desses órgãos.

Nas áreas de transportes e habitação, o Estado tem papel mais de regulador do que de produtor dos serviços, visto que o transporte público é hoje concessionado, e a produção de habitações—ainda que populares—contratada com o setor privado. Apesar dessa mudança de papel, o Estado até hoje carrega uma folha de servidores significativa por conta do pessoal empregado nas empresas públicas anteriormente responsáveis pelo metrô e trens, assim como da antiga companhia de habitação (CEHAB). Esta folha, que cobre os servidores da Central, Rio Trilhos e CEHAB, alcança o valor mensal de R\$ 12 milhões. Afora essa despesa, o principal uso dos recursos pelos órgãos dos transportes e habitação é no financiamento do investimento na área, especificamente para o transporte, a aquisição de material rodante para o sistema de trens concessionado e a manutenção das linhas não concessionadas; no caso da habitação, para complementação dos investimentos em residências de interesse social.

As principais áreas de despesa são Saúde, Educação e Segurança, que correspondem aos serviços básicos providos pelo Estado.

Gráfico 9



Os anexos nº 7 a 12 detalham a despesa de cada uma das áreas citadas abaixo.

III.3.1 Saúde

No primeiro bimestre de 2008 foram liquidados R\$ 263,72 milhões na área da saúde, representando um incremento de 6,2% em relação ao mesmo período de 2007.¹³ Houve significativo aumento de despesas com fonte do Tesouro Estadual (20,6%). Destacam-se as principais variações:

- Compra de equipamentos e utensílios hospitalares = R\$ 7,27 milhões (Ação 1521 – Reforma, Construção e Modernização da Rede Própria de Saúde)

Tabela 14

DESPESAS POR FONTE DE RECURSO SECRETARIA DE SAÚDE DO ERJ - 1º BIM 2007 / 2008 R\$MIL		
FR	1º BIM 2007	1º BIM 2008
TESOURO	189.329	228.353
OUTRAS	4.219	7.068
CONVÊNIOS		35
SUS	54.866	28.269
TOTAL	248.413	263.725

Alguns dos principais fatores para o aumento da despesa de Saúde foram as compras de equipamentos e utensílios hospitalares, medicamentos excepcionais, e material cirúrgico.

¹³ O orçamento da Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil engloba as dotações das seguintes unidades orçamentárias:

- 2901 - Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil
- 2902 - Subsecretaria de Defesa Civil
- 2931 - Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro – IASERJ
- 2961 - Fundo Estadual de Saúde
- 2963 - Fundo Especial do Corpo de Bombeiros
- 2971 - Instituto Vital Brasil

A maior parcela destina-se ao Fundo Estadual de Saúde, no qual estão concentradas as principais ações da SESDC.

- Assistência Farmacêutica / Compra de medicamentos excepcionais = R\$ 3,36 milhões (Ação 2155 – Gestão de Assistência Farmacêutica)

- Compra de material cirúrgico, de laboratório e de enfermagem = R\$ 1,93 milhão (Ação 2077 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial)

- Contratação de serviços ambulatoriais e hospitalares = R\$ 1,05 milhão (Ação 2053 - Assistência Móvel de Urgência e Emergência)

A maior parte das despesas de custeio da Saúde está na Ação 2077 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial e na Ação 2770 – Ações e Serviços de Saúde vinculados ao SUS. A execução de 2008 apresenta forte aumento nas despesas na Ação 2077 e redução na Ação 2770, com aumento do financiamento da Saúde pelo Tesouro Estadual e diminuição da parcela financiada pelo SUS.

Tabela 15

COD. AÇÃO	TÍTULO DA AÇÃO	GND	FR	1º BIM 2007	1º BIM 2008
2077	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3 - CUSTEIO	TESOURO	1.494.955	26.505.690
			SUS	1.000.000	-
2077 Total				2.494.955	26.505.690
2770	Ações e Serviços de Saúde Vinculados ao SUS	3 - CUSTEIO	SUS	53.645.414	24.809.023
2770 Total				53.645.414	24.809.023

Por outro lado, com a desativação do Programa Cheque-Cidadão, houve uma transferência de responsabilidades na parte de suplementação alimentar para o âmbito federal com a migração dos beneficiários elegíveis para o Programa Bolsa Família. Com isto, a Ação 2228 – Suplementação alimentar, apresentou redução importante de gastos.

Tabela 16

COD. AÇÃO	TÍTULO DA AÇÃO	GND	FR	1º BIM 2007	1º BIM 2008
2228	Suplementação Alimentar	3 - CUSTEIO	TESOURO	18.600.000	1.981.377
2228 Total				18.600.000	1.981.377

III.3.2 Educação

A despesa liquidada no primeiro bimestre de 2008 na Secretaria Estadual de Educação foi de R\$ 297,85 milhões, representando aumento de 1,7% (R\$ 4,99 milhões) sobre a despesa do mesmo período em 2007. Desse total, R\$ 236,24 milhões são despesas com a folha de pessoal e R\$ 30,15 milhões com gratificação do Programa Nova Escola, consignada entre os investimentos do órgão.

Estas despesas foram financiadas basicamente com recursos do FUNDEB e Tesouro. Em relação a 2007 percebe-se uma redução em R\$ 67,93 milhões da participação das fontes do Tesouro (-42,98%), sendo compensada por recursos do FUNDEB e do Salário-Educação. Como observado acima, o FUNDEB é em grande parte financiado por receitas tributárias estaduais vinculadas, tendo a contribuição do Estado para o FUNDEB aumentado em R\$ 170 milhões relativamente ao começo de 2007. De fato, com a introdução do FUNDEB, a “perda do Estado”, ou seja, a diferença entre o que o Estado contribuiu e recebe do Fundo aumentou, alcançando R\$ 1,13 bilhão em 2007.

Os principais itens da Educação por grupo de despesa foram os seguintes:

As ações destinadas ao pagamento de despesas de pessoal somaram R\$ 236,24 milhões no 1º bimestre de 2008. Deste total, R\$ 178,69 milhões foram para os servidores do Ensino Fundamental, R\$ 14,11 milhões para o Ensino Médio, R\$ 4,23 milhões para os outros servidores da Secretaria de Educação e R\$ 39,19 milhões para pagamento ao Regime Previdenciário dos servidores, agora em Ação exclusiva (2300) por determinação da LOA 2008, distinguindo-se das Ações destinadas ao pagamento de pessoal, como era a prática anterior. (Ações 2014 / 2018 / 2660 / 2300 – Pessoal e Encargos Sociais e Contribuição para Regime Previdenciário dos servidores – vide Anexo 8)

Tabela 17

DESPESAS POR FONTE DE RECURSO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ERJ - 1º BIM 2007 / 2008		
FR	R\$MIL	
	2007 TOTAL 1º BIM	2008 TOTAL 1º BIM
TESOURO	158.043.127	90.104.987
CONVÊNIOS	2.745.733	2.149.686
SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.257.237	8.601.136
FUNDEB	130.819.215	197.002.085
TOTAL	292.865.312	297.857.894

No Estado do Rio de Janeiro os recursos do FUNDEB são integralmente aplicados em despesas de pessoal.

A Rede Estadual de Ensino, integrada por 1.646 escolas, atende a 1.441.727 alunos distribuídos em Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Especial e Ensino Profissionalizante, empregando 94.859 servidores.
(Fonte: CENSO Escolar de 2006 – INEP/MEC)

No custeio, as principais variações em relação a 2007 estão concentradas nas ações direcionadas à gestão financeira nas escolas, que liquidou R\$ 5,63 milhões contra R\$ 394,00 mil em 2007 (Ação 2117 - Gestão Financeira na Escola de Ensino Fundamental); e aos serviços de apoio às atividades educacionais, que movimentaram R\$ 9,01 milhões para prover as unidades escolares de pessoal contratado através de empresa prestadora de serviços de limpeza, vigilância e preparo de merenda (Ação 2192 – Apoio aos Serviços Educacionais). Além disso, passou-se a pagar pelos serviços de utilidade pública (telefonia, água, luz, etc.), resultando em despesas de R\$ 1,41 milhão, sem contrapartida em 2007 (Ação 8021 – Despesas com Serviços de Utilidade Pública).¹

No primeiro bimestre de 2008 a despesa da Secretaria de Educação concentrou-se ao pagamento da folha de pessoal (R\$236 milhões), gratificação referente ao Programa Nova Escola (R\$31 milhões) e serviços de apoio às atividades educacionais (R\$9 milhões).

Tabela 16

III.3.3 Segurança Pública

As despesas liquidadas no primeiro bimestre de 2008 alcançaram R\$ 326,41 milhões, sendo R\$ 298,00 milhões referentes à Secretaria de Estado de Segurança (SESEG) e R\$ 28,41 milhões à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).¹⁴

A redução do gasto da SEAP em R\$4,63 milhões ocorre na despesa de custeio, especificamente por conta do não pagamento da despesa com alimentação preparada por terceiros, enquanto o contrato de fornecimento está sendo revisto em virtude da solicitação de reajuste por parte dos fornecedores. As despesas com pessoal nas duas secretarias totalizaram R\$ 297,29 milhões no primeiro bimestre de 2008, 6,5% (R\$ 18,24 milhões) maior do que no mesmo período de 2007. A SESEG aumentou R\$15,84 milhões, refletindo *inter alia* a regularização das obrigações

Tabela 18

DESPESAS POR FONTE DE RECURSO SEGURANÇA - 1º BIM 2007 / 2008 (R\$MIL)		
26 - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA		
FR	2007	2008
	TOTAL 1º BIM	TOTAL 1º BIM
TESOURO	274.753	298.003
25 - SECRETARIA DE ESTADO DE ADM. PENITENCIÁRIA		
FR	2007	2008
	TOTAL 1º BIM	TOTAL 1º BIM
TESOURO	32.688	28.140
SUS	138	16
OUTRAS	222	257
TOTAL	33.047	28.414
TOTAL DESPESAS COM SEGURANÇA		
TESOURO	307.440	326.143
OUTRAS	222	257
SUS	138	16
Total	307.800	326.417

¹⁴ O orçamento da Secretaria Estadual de Segurança Pública engloba as dotações das seguintes unidades orçamentárias:

2601 – Secretaria de Estado de Segurança

2604 – Polícia Civil

2611 – Polícia Militar

2632 – Instituto de Segurança Pública

Para uma análise mais completa, também serão consideradas as liquidações ocorridas nas UO's:

2501 – Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

2531 – Fundação Santa Cabrini

patronais no montante de R\$ 10,67 milhões da PMERJ. Além disso, R\$ 2,39 milhões podem ser atribuídos ao reajuste salarial de 4,0 % efetivado em setembro de 2007 e R\$ 3,26 milhões se referem às despesas variáveis que compreendem as gratificações concedidas ao pessoal civil e militar.

O custeio da SESEG apresentou aumento de R\$ 7,31 milhões, saltando para R\$ 27,54 milhões e refletindo a regularização, por exemplo, do pagamento com serviços de utilidade pública no valor de R\$ 3,18 milhões contra apenas R\$ 913,20 mil em 2007.

III.3.4. Transportes

A despesa liquidada no primeiro bimestre de 2008 na Secretaria Estadual de Transportes (SETRANS) foi de R\$ 23,27 milhões.¹⁵ Destes, R\$ 18,71 milhões foram financiados com recursos do Tesouro e R\$ 4,56 milhões com recursos provenientes de arrecadação própria da administração indireta. Em comparação com o mesmo período de 2007 observa-se um aumento de R\$ 2,55 milhões (12,3%) nessas despesas.

O aumento dos gastos com pessoal foi de R\$1,15 milhão. Nas despesas de custeio, o incremento foi de R\$1,27 milhão, com destaque para as sentenças judiciais pagas pela CODERTE, no valor de R\$ 531,13 mil e o pagamento de despesas com serviços de utilidade pública, que aumentaram em R\$ 787,47 mil no primeiro bimestre de 2008. (Ações 6078, 2103, 2112, 2113, 2115 – vide Anexo 11)

Apesar dos recursos do BNDES destinados às obras de expansão da rede prioritária básica do metrô terem

Tabela 19

DESPESAS POR FONTE DE RECURSO SECRETARIA DE TRANSPORTES DO ERJ - 1º BIM 2007 / 2008 R\$MIL		
FR	2007	2008
	TOTAL 1º BIM	TOTAL 1º BIM
TESOURO	18.144	18.711
OUTRAS	2.572	4.561
Total	20.717	23.272

¹⁵ A Secretaria de Transportes é composta pelas seguintes unidades orçamentárias:

- Secretaria de Estado de Transportes – SETRANS;
- Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro – DETRO;
- Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro – CODERTE;
- Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL;
- Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro – RIO TRILHOS.

ingressado na receita do Estado (R\$31,46 milhões) no começo do ano, eles não foram utilizados no primeiro bimestre. Para investimentos na SETRANS, no ano de 2008, estão previstos R\$ 274,61 milhões para revitalização e modernização do sistema de transporte sobre trilhos, expansão das linhas metroviárias, e outras iniciativas.

III.3.5 Habitação

A despesa liquidada no primeiro bimestre de 2008 alcançou R\$ 9,75 milhões, financiados basicamente com recursos do Tesouro.¹⁶ Comparado ao mesmo período de 2007, observa-se um acréscimo de R\$ 2,95 milhões concentrados em despesas com pagamentos de Pessoal e Encargos, dos quais R\$ 1,80 milhões se referem ao reajuste salarial concedido em 24 meses no final de 2006.

Os gastos de custeio atingiram R\$ 819,38 mil no primeiro bimestre de 2008, contra R\$ 548,96 mil no período equivalente de 2007. Neste grupo, observa-se maior comprometimento no pagamento de despesas com serviços de utilidade pública (R\$47,70 mil), e a redução da despesa com contratação de mão-de-obra terceirizada, na esteira da extinção da relação com o NUSEG - Núcleo Superior de Estudos Governamentais.

Quanto aos gastos com investimentos, a execução no primeiro bimestre de 2008 foi de R\$ 194,79 mil destinados à:

- Recuperação dos Conjuntos Recanto Feliz/Resende e General Azeredo/RJ = R\$ 122,04mil
- Contratação de mão-de-obra para a elaboração de projetos e cadastramento das famílias em diversos municípios que serão beneficiados com o PAC (Programa de Aceleração do

Tabela 20
DESPESAS POR FONTE DE RECURSO
SECRETARIA DE HABITAÇÃO DO ERJ - 1º BIM 2007 / 2008
R\$MIL

FR	2007	2008
	TOTAL 1º BIM	TOTAL 1º BIM
TESOURO	6.810	9.721
OUTRAS		38
Total	6.810	9.758

Tabela 21

AÇÕES VINCULADAS AS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - HABITAÇÃO

		valores liquidados em R\$. 1,00	
AÇÃO	TIT PROJ ATIV	1º BIM 2007	1º BIM 2008
5273	Recup e Melhorias em Conjuntos Habitacionais	-	122.035
5274	Construção de Unidades Habitacionais	-	72.756
TOTAL INVESTIMENTOS - HABITAÇÃO		-	194.792

Fonte: SIAFEM

¹⁶ No orçamento da Secretaria Estadual de Habitação estão incluídas as dotações das seguintes unidades orçamentárias:

1901 - Secretaria Estadual de Habitação

1931 - Instituto de Terras e Cartografia do Estado (ITERJ)

1971 - Companhia Estadual de Habitação do ERJ (CEHAB)

Crescimento) e FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social) = R\$ 72,75 mil.

Assinale-se que o orçamento da CEHAB contempla investimentos do PAC no valor de R\$ 38,80 milhões ao longo de 2008.

IV. Administração Financeira

IV.1 Prazo de Pagamento das PD's e Adimplemento

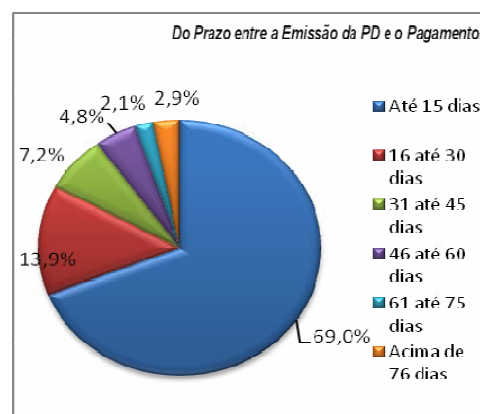
A Secretaria de Estado de Fazenda, a fim de fomentar a transparência na gestão administrativa, adotou procedimentos que concederam ao sistema de pagamento estadual maior celeridade, imunidade e eficiência.

Uma das principais métricas neste campo é o prazo médio de pagamento das Programações de Desembolso – PD's, ou seja, o tempo entre a chegada de requisição de pagamento feito pelos órgãos (após a liquidação da despesa) e seu efetivo pagamento pelo Tesouro do Estado.

Enquanto o tempo médio para a execução das PD's em 2006 era superior a 40 dias, este prazo foi reduzido para 16 dias ao final de 2007. Hoje, mais de 80% das PD's são pagas em até 30 dias. A informação sobre prazo passou a ser disponibilizada na internet a partir de novembro de 2007. A Secretaria de Estado de Fazenda periodicamente afixa, em seu sítio eletrônico, planilhas com a quantidade e valor das Programações de Desembolsos, por órgão e o tempo em que elas estão pendentes para pagamento pela Fazenda.¹⁷

Também em 2007, foi adotado o critério de ordem cronológica para o pagamento das obrigações do Estado, com o

Gráfico 10



83% dos pedidos de pagamento são pagos em até 30 dias depois de recebidos pela Secretaria de Fazenda

¹⁷ Essa informação pode ser encontrada no seguinte endereço:
http://www.fazenda.rj.gov.br/portal/index.portal?_nfpb=true&_pageLabel=cidadao

desenvolvimento – pela primeira vez no Estado – de mecanismos de controle automático das datas de chegada das PD's, criando-se, por exemplo, um portal único de entrada desses pedidos como forma de haver efetivo acompanhamento dos mesmos.¹⁸ Pelas novas regras, o Tesouro Estadual prioriza o pagamento das PD's mais antigas, seguindo a ordem cronológica de confecção. Desse modo, os órgãos e entidades mais diligentes, ou seja, que são mais céleres na elaboração de suas PD's após a liquidação de seus empenhos, têm suas obrigações pagas primeiro, respeitada a prioridade dos gastos nas áreas de saúde, segurança e educação.

A integridade do sistema é garantida pela determinação antecipada do volume de recursos disponíveis a cada mês para pagamento dos compromissos de cada órgão. Especificamente, a Resolução Conjunta SEFAZ/SEPLAG nº 28, de 03 de março de 2008, estabeleceu a “Cota Financeira” mensal de cada órgão, que informa quanto o órgão disporá a cada mês para pagamento de seus compromissos. Esta cota dá o limite do valor acumulado de PD's que o órgão poderá emitir até determinada data, com a segurança de que esses compromissos serão prontamente honrados. Essa cota complementa a ferramenta de trabalho proporcionada pela programação do limite de empenho, normalmente de frequência quadrimestral, ambas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.¹⁹

18 Foi desenvolvido, no Sistema de Administração Financeira Estadual – SIAFEM-RJ, meios que viabilizam a identificação e controle da data da emissão e da data do envio das Programações de Desembolso – PD para o Tesouro, esta medida permitiu que critério de ordem cronológica fosse eleito.

19 Estes mecanismos dão cumprimento aos Artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal:

“Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4o, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.”

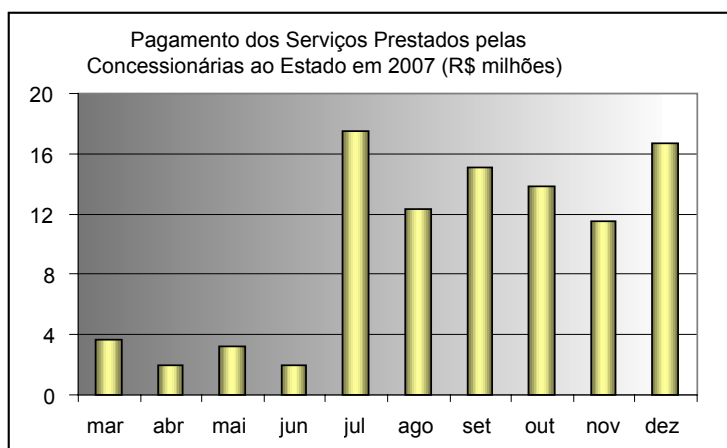
“Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.”

Para diminuir a discricionariedade e aumentar a previsibilidade dos pagamentos, o Decreto nº 41.162, de 30 de janeiro de 2008, definiu ainda datas para os pagamentos das despesas de custeio e investimento do Estado (os dias 07, 15 e 25 de cada mês).²⁰

As ações acima integram o conjunto de procedimentos adotados para a regularização do pagamento dos gastos essenciais com serviços às unidades do Estado, também iniciado em 2007, com a publicação da Resolução Conjunta SEFAZ/SEPLAG nº 15, de 20 de agosto de 2007, a qual estabeleceu prioridade na adimplência dos gastos operacionais imprescindíveis, como aqueles fornecidos por concessionárias e prestadores de serviços públicos. Esta medida reduziu drasticamente a inadimplência com esses fornecedores, e a perniciosa prática de se admitir a criação de “dívidas de exercícios anteriores”.

Os pagamentos do Estado se dão agora em dias fixos do mês (07, 15, 25) e de acordo com a programação financeira mensal fornecida aos órgãos, garantindo transparência e previsibilidade ao gestor público e às contrapartes do Estado

Gráfico 11



A inadimplência com os fornecedores de serviços básicos (e.g., concessionárias) reduziu-se drasticamente, abrindo espaço para futuras economias e a extinção da prática de criação de “dívidas de exercícios anteriores”

Como consequência das medidas descritas acima, o quadro de pendências no dia 25 de março de 2008 apresentava de

²⁰ “Art. 11 - A Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ somente efetuará o pagamento das despesas de custeio e investimentos no dias 07 (sete), 15 (quinze) e 25 (vinte e cinco) de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente, exceto no que se refere às obrigações relativas a:

I prestação de serviços de concessionárias de serviços públicos;

II natureza remuneratória;

III ordens judiciais;

IV tributos;

V diárias de servidores; e

VI seguros.”

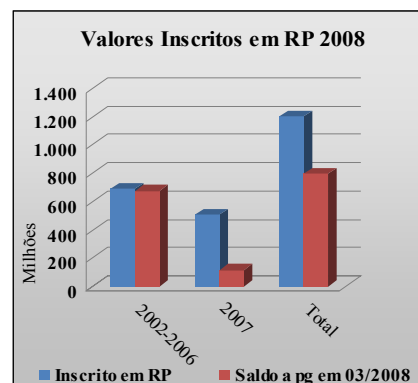
maneira sintética os seguintes indicadores: nenhuma PD emitida em 2008 com mais de 30 dias sem ser paga; com apenas R\$ 7,84 milhões com mais de 15 dias de espera no caso do custeio; e apenas R\$ 149,47 mil no caso do investimento.

Tabela 22

		GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO				Posição: 25/03/2008			
		SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA							
		SUBSECRETARIA DE FINANÇAS							
		SISTEMA DE APOIO AO TESOURO ESTADUAL - SATE							
MAPA DE DESPESAS DE CUSTEIO PENDENTES POR COMPETÊNCIA - 2008									
Faixas	2008-01		2008-02		2008-03		TOTAL		Valor
	Pd's	Valor	Pd's	Valor	Pd's	Valor	Pd's	Valor	
Até 15 dias	171	4.367.699,70	887	42.071.681,33	568	11.991.832,12	1.626	58.431.213,15	
16 até 30 dias	74	3.069.571,99	115	3.988.605,50	16	788.120,97	205	7.846.298,46	
31 até 45 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	245	7.437.271,69	1.002	46.060.286,83	584	12.779.953,09	1.831	66.277.511,61	
MAPA DE DESPESAS DE CAPITAL PENDENTES POR COMPETÊNCIA - 2008									
Faixas	2008-01		2008-02		2008-03		2008-04		Valor
	Pd's	Valor	Pd's	Valor	Pd's	Valor	Pd's	Valor	
Até 15 dias	4	3.068.085,96	31	8.753.607,39	14	934.126,97	49	12.755.820,32	
16 até 30 dias	-	-	4	137.256,38	3	12.218,80	7	149.475,18	
31 até 45 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	4	3.068.085,96	35	8.890.863,77	17	946.345,77	56	12.905.295,50	

IV.2 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

As obrigações de custeio e capital empenhadas e liquidadas mas não pagas ao final do exercício tornam-se Restos a Pagar. As despesas inscritas em restos a pagar processados em 2008, comprometidas com recursos do Tesouro²¹ somaram R\$ 1,2 bilhões, o que representa um aumento de 42,2% em relação aos valores inscritos em 2007 (R\$ 844 milhões)²². Do montante inscrito em 2008, R\$ 510 milhões foram gerados em 2007, sendo o restante referente a 2006 e exercícios anteriores. Esse crescimento não se deu primordialmente por indisponibilidade de caixa, mas sim porque – como é usual

Gráfico 12


²¹ Fontes 00 - Ordinários Provenientes de Impostos; 01 - Ordinários Não Provenientes de Impostos; 04 - Petróleo; 06 - Fundo de Participação dos Estados – FPE; e 22 - Fundo Estadual de Combate a Pobreza.

²² Não foram consideradas como restos a pagar as despesas com a folha de pagamento dos servidores do Estado. Tal tratamento se justifica pelo fato de que a inscrição de gastos com pessoal ocorre por questões de ordem técnica e não por insuficiência de caixa, sobretudo porque o pagamento tempestivo do funcionalismo é prioridade para o governo estadual: a folha de dezembro é paga apenas em janeiro, além de consignações e outras despesas que são pagas somente no ano seguinte, o que requer a inscrição em RP. Em 2007, R\$ 623 milhões referentes a pessoal foram gerados como restos a pagar, dos quais mais de R\$ 520 milhões já foram quitados até março de 2008. Apenas para fins de comparação, em 2006, haviam sido inscritos R\$ 620 milhões.

ocorrer na administração pública – boa parte desses compromissos só foi completamente processada depois de 31 de dezembro de 2007. Desse modo, essas PD's não foram a emitidas até o final do ano. Além disso, em alguns casos, houve emissão de PD's com data de vencimento para 2008.

Não obstante o crescimento dos restos a pagar inscritos, houve sensível melhora na capacidade de pagamento do Tesouro Estadual em relação ao ano anterior. Comparando-se o fluxo financeiro do Tesouro no encerramento dos exercícios com os valores inscritos em RP, constata-se que os recursos disponíveis no caixa ao final de 2007 comportavam 70% da dívida nova inscrita em RP²³. No encerramento do exercício de 2006, os recursos eram suficientes para arcar com apenas 20% das obrigações de RP geradas ao longo daquele ano.

A melhor disponibilidade de recursos para quitação das obrigações permitiu que mais de R\$ 390 milhões dos restos a pagar, referentes às despesas contratadas no exercício 2007, fossem pagas até março, deixando apenas R\$ 117 milhões das obrigações contratadas em 2007 pendentes de pagamento.

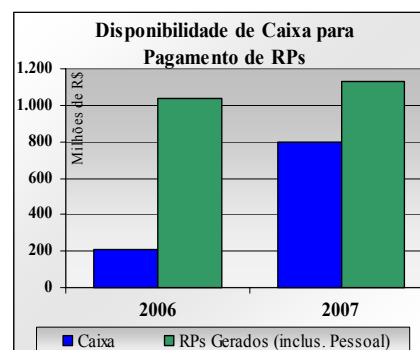
O tratamento dispensado às obrigações contraídas entre os anos de 2002 a 2006 e não pagas até o final de 2006 (R\$ 663 milhões) foi a criação de um programa de quitação/parcelamento de Restos a Pagar Processados, por meio do Decreto Estadual nº 40.874, de 02 de agosto de 2007.²⁴ O valor total das obrigações abarcadas pelo decreto totaliza R\$ 370 milhões, distribuído por 2.558 fornecedores que potencialmente podem aderir ao programa. O critério de

²³ Frente ao objetivo de fornecer informações transparentes acerca da evolução das finanças estaduais, o tratamento dispensado para a comparação entre os valores de restos a pagar inscritos e a disponibilidade de caixa no encerramento dos exercícios difere-se do padrão adotado: considerou-se integralmente o valor das despesas com pessoal inscritas em RP no montante.

²⁴ O programa proposto pelo Estado proporciona aos credores tranquilidade com relação aos seus créditos junto aos Órgãos, vez que a estes foi assegurado o pagamento do valor, na forma e no prazo determinado no termo de adesão. Portanto, constata-se que a medida não se restringe aos interesses do Estado, possuindo igualmente outro foco, o de restabelecer a segurança jurídica e financeira dos credores com a preservação da economia popular. A adoção de critérios claros e objetivos para o pagamento, que garantiram, principalmente, o tratamento impessoal e isonômico dos credores caracteriza o fulcro do programa, que prevê o pagamento e eventual parcelamento das obrigações referentes a custeio e investimentos.

No primeiro bimestre de 2008, foram pagos R\$ 390 milhões de restos a pagar gerados em 2007 (quitando-se 77% do saldo gerado no ano passado)

Gráfico 13



O Decreto nº 40.847/2007 determina que os ordenadores de despesa de cada órgão orientem seus fornecedores acerca das condições do programa de Restos a Pagar Processados 2002-2006, inclusive para quitação integral em parcela única.

pagamento adotado estabeleceu que até o valor de R\$ 50.000,00, o débito de cada credor seria quitado quando da entrada no programa, sendo o restante parcelado em até 14 parcelas. Esta regra permitia que 1.939 dos credores existentes tivessem seus créditos pagos em parcela única.

Houve a adesão de 573 fornecedores na primeira etapa do programa, o que representa a novação de 35% da dívida (R\$ 130,7 milhões). De acordo com o Decreto, compete aos órgãos que geraram os RP's acercarem-se dos seus credores para instruí-los a respeito da possibilidade de adesão, cabendo à Secretaria de Fazenda processar os pedidos encaminhados pelos credores.

Em cumprimento ao cronograma de pagamento disposto no Decreto, foram pagos até fevereiro de 2008, R\$ 17 milhões referentes à 1ª parcela, o que significou para 340 favorecidos a quitação integral de seus créditos.

No primeiro bimestre de 2008 foram pagos R\$ 17 milhões relativos ao Programa dos Restos a Pagar 2002-2006, que já contou com a adesão de 573 fornecedores, dos quais 340 já tiveram seus créditos integralmente pagos

IV. 3 Requisições Judiciais de Pagamento

Toda condenação judicial contra a fazenda pública é convertida em precatórios e/ou requisições de pequeno valor.²⁵

No final de 2007, o Estado do Rio de Janeiro possuía 2.031 precatórios emitidos contras seus órgãos e entidades, aguardando pagamento, totalizando cerca de R\$ 2,5 bilhões.

Foram pagos, no decorrer daquele ano, aproximadamente R\$ 74 milhões, consubstanciando na quitação de 572 precatórios. A disponibilização de recursos dessa ordem representou um aumento de aproximadamente 100% com relação aos valores liberados no ano de 2006, quando os valores pagos alcançaram R\$ 37 milhões.

Gráfico 14



²⁵ Os precatórios são cartas de sentenças remetidas, pelo juiz da causa, ao Presidente da República, mediante previsão na lei orçamentária anual, o pagamento de quantia certa, em nome do Brasil, decorrente de condenação judicial dos órgãos e/ou entidades da administração direta e/ou indireta.

Do total de recursos utilizados para o pagamento dessas obrigações, em 2007, 74% foram recursos provenientes da fonte do Tesouro Estadual, tendo o restante vindo de parcela dos depósitos judiciais tributários, que a Lei Federal nº 11.429/2006 e a Lei Complementar Estadual nº 119, de 11 de setembro de 2007, permitiram que fossem empregados no pagamento de precatórios judiciais de qualquer natureza e/ou da dívida fundada do Estado.

Tabela 23**Valor dos Precatórios Pagos 2004-2007 (R\$)**

Fonte	2004	2005	2006	2007
Fundo	4.490.641	878.388	20.171	19.200.000
Tesouro	22.287.670	25.216.563	37.613.510	54.615.482

A despesa com requisições judiciais em 2007 chegou a R\$ 78 milhões, representando um crescimento de 100% em relação a 2006 e de 150% sobre a média do período 2004-2006

No primeiro bimestre de 2008 foram pagos 45 precatórios, totalizando o valor de R\$ 20,08 milhões, o que representa um aumento de recursos destinados ao pagamento dessas obrigações na ordem 208%, se comparado com o mesmo período do ano anterior, quando foram pagos 16 precatórios, nos primeiros dois meses do ano, no total de R\$ 6,52 milhões. Todos os pagamentos em 2008 advieram de fonte Tesouro Estadual.

As requisições de pequeno valor, isto é, até o valor de 40 salários mínimos não entram na fila dos precatórios e devem ser pagas em até sessenta dias.²⁶

No ano de 2006, o Estado recebeu 454 Requisições de Pequeno Valor, totalizando o valor de R\$ 1,6 milhões; em

O pagamento de requisições judiciais no primeiro bimestre de 2008 alcançou R\$ 21 milhões, representando um crescimento de 167% sobre o período equivalente em 2007

²⁶ As requisições de pequeno valor também são provenientes de condenações judiciais, transitadas em julgado, contra os Entes de Direito Público, mas envolvendo quantias não superiores a 40 (quarenta) salários mínimos. Devido ao seu valor, elas seguem um rito distinto dos precatórios judiciais, estabelecido pela Emenda Constitucional nº 30, que inseriu o § 3º do art. 100 da Constituição da República. Este dispositivo excluiu essas requisições do tratamento geral dado aos precatórios, i.e., pagamento em ordem cronológica, estabelecendo que as mesmas devem ser pagas em no máximo sessenta dias da sua produção.

2007, o Estado recebeu 743 dessas requisições, chegando a importância de R\$ 4,9 milhões.

Tabela 24

Requisições de Pequeno Valor Pagas em 2004-2007

Pagas	2004	2005	2006	2007
Quantidade	110	187	454	743
Valor (R\$)	405.565	775.283	1.647.735	4.946.303

No primeiro bimestre de 2008, foram emitidas 105 Requisições de Pequeno Valor contra o Estado, somando R\$ 829 mil. No mesmo período no ano passado, o Estado pagou 212 requisições de pequeno valor, no total de R\$ 1,36 milhões.

Em suma, constata-se que o Estado duplicou os recursos para pagamento de requisições judiciais em 2007 (R\$ 78 milhões, contra R\$ 39 milhões em 2006), tendo destinado R\$ 21 milhões para o pagamento dessas obrigações no primeiro bimestre de 2008, representando aumento de 167% no adimplemento de requisições judiciais, em comparação com o mesmo período do ano de 2007.

IV. 4 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu serviço

A Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro alcançou R\$ 47,20 bilhões ao final de 2007, o que representa um crescimento nominal de 5,4% em relação ao exercício de 2006 (R\$ 44,80 bilhões), explicado essencialmente pelo crescimento do indexador do estoque da maior parte da dívida interna (IGP) nos últimos meses do ano. Não obstante o crescimento do valor nominal da dívida, o indicador de solvência acordado

O indicador de solvência dívida financeira/receita líquida real (DF/RLR) melhorou de 2,45 para 2,38 – apesar do aumento nominal da dívida em decorrência do salto do IGP no final de 2007

com o Tesouro Nacional, i.e., a relação dívida financeira/receita líquida real mostrou melhora, declinando de 2,45 para 2,38 entre o final de 2006 e de 2007.

Tabela 25
R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA e RECEITA LÍQUIDA REAL			
SUCADP	2006	2007	Variação (%) de 2007/2006
ADM DIRETA - DÍVIDA FUNDADA	44.738.005	47.126.665	5,34
INTERNA	42.893.366	45.635.976	6,39
DÍVIDAS COM A UNIÃO	42.893.366	45.635.976	
OUTRAS DÍVIDAS CONTRATUAIS	-	-	
EXTERNA	1.844.639	1.490.689	-19,19
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	64.040	74.364	16,12
DÍVIDA FINANCEIRA	44.802.045	47.201.029	5,35
RLR (ajustada para final de 2007)	18.286.214	19.860.201	8,61
RELAÇÃO DF / RLR	2,45	2,38	

A melhora também se verifica quando se comparam as cifras ao final do primeiro bimestre de 2008 com o primeiro bimestre de 2007, a despeito do crescimento nominal da dívida em 7,01%, devido à forte elevação do IGP, em dezembro de 2007. Esse crescimento não foi compensado pela melhora da dívida em dólar, cujo volume é relativamente pequeno.

Tabela 26
R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RLR			
	1º bimestre 2007	1º bimestre 2008	Variação (%) 2008/2007
ADM DIRETA - DÍVIDA FUNDADA	45.051.965	48.210.169	7,01
DÍVIDA INTERNA	43.225.282	46.765.728	8,19
DÍVIDA EXTERNA	1.826.683	1.444.440	-20,93
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	90.951	71.697	-21,17
DÍVIDA FINANCEIRA	45.142.916	48.281.865	6,95
RLR (ajustada ao final fevereiro de 2008)	18.438.606	20.302.685	10,11
RELAÇÃO DF / RLR + IGP-DI	2,45	2,38	

Por sua vez, o serviço da dívida do Estado do Rio de Janeiro em 2007, subiu a R\$ 2,97 bilhões, 11,7% a mais do valor pago no ano anterior. Esse crescimento se deve ao aumento de 14,5% da RLR, que determina o teto do pagamento mensal de juros e amortização da dívida renegociada com o Tesouro. O

O serviço da dívida do Tesouro cresceu em aproximadamente 15% por conta do crescimento da receita líquida real, que determina o teto desses pagamentos

aumento da RLR, em 2007, foi maior do que o crescimento das receitas efetivas do Estado durante o ano, porque a RLR de cada mês é calculada como uma média móvel sobre os 12 meses anteriores. Com isso, a média de 2006 refletiu em grande extensão o baixo desempenho da Receita em 2005, tendo a melhora de arrecadação lograda na segunda metade de 2006 afetado o pagamento de juros primordialmente em 2007. Destarte, o serviço da dívida intralimite cresceu 15,3%, tendo o serviço total sido levemente amenizado pela apreciação do dólar.

Tabela 27
R\$ mil

Dispêndios com a Dívida Pública (Adm. Dir. + Adm. Ind. Honradas)			
	2006	2007	variação (%) 2007/2006
SERVIÇO DA DÍVIDA DA ADM. DIRETA	2.645.907	2.956.800	11,75
INTRALIMITE	2.082.709	2.400.977	15,28
EXTRALIMITE	563.198	555.823	-1,31
SERVIÇO DA DÍVIDA DA ADM. INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	12.124	13.390	10,44
TOTAL DA DÍVIDA	2.658.031	2.970.092	11,74
RECEITA LIQUIDA REAL MÉDIA	16.051.322	18.380.422	14,51

O dispêndio da dívida pública do primeiro bimestre de 2008 foi 11,10% maior do que no mesmo período do ano passado, resultando em pagamentos adicionais de R\$ 44,46 milhões. O crescimento da dívida intralimite foi de 13,67% em relação ao mesmo bimestre de 2007, tendo o serviço da dívida externa caído 2,46%.

Tabela 28
R\$ mil

Dispêndios com a Dívida Pública (Adm. Dir. + Adm. Ind. Honradas - F. Tesouro)			
	1º bimestre 2007	1º bimestre 2008	Variação (%) 2008/2007
SERVIÇO DA DÍVIDA DA ADM. DIRETA	406.984	451.318	10,89
INTRALIMITE	337.004	383.063	13,67
EXTRALIMITE	69.980	68.255	-2,46
SERVIÇO DA DÍVIDA DA ADM. INDIRETA -CUSTEADA (F.TESOURO)	741	865	16,78
TOTAL DA DÍVIDA	407.725	452.183	11,10
RECEITA LIQUIDA REAL (Somatório da média)*	2.905.527	3.188.796	9,75